



Na sessão solene do Congresso, ao centro, o presidente francês e os presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados

França quer retomar parceria com o Brasil, afirma Chirac

Presidente é homenageado em sessão especial do Congresso. Antonio Carlos Magalhães manifesta confiança na nova fase alcançada pelo relacionamento entre os dois países



A CPI dos Precatórios (foto) interrogou ontem à noite o empresário Fábio Barreto Nahoun, um dos donos do banco Vetor, que recebeu R\$ 55,4 milhões em comissões para lançar no mercado títulos dos estados de Pernambuco e Santa Catarina. Página 7

“Vim aqui para manifestar-lhes a minha determinação em renovar as nossas relações e em reativar uma verdadeira parceria entre os nossos povos.” Esta afirmação de Jacques Chirac marcou o tom dos pronunciamentos feitos ontem na sessão especial do Congresso Nacional que homenageou o presidente francês.

O presidente do Congresso, senador Antonio Carlos Magalhães, manifestou firme confiança na nova fase de relacionamento entre Brasil e França.

O senador José Agripino destacou o “esperado e anсиado retorno pleno da França ao rol das grandes parcerias do Brasil”, enquanto o deputado Adylson Motta defendeu maior cooperação entre os dois países. Páginas 4 a 6

Senado debate mudança nas regras das MPs

Página 3

Comissões elegem seus presidentes

Página 9

Juristas vão discutir efeito vinculante

Página 11

Senado presta homenagem aos bibliotecários

O Dia do Bibliotecário foi comemorado ontem à noite, em ato realizado no Auditório Petrônio Portella. A solenidade foi iniciada com uma apresentação do Coral do Senado. Depois, tomou posse a nova direção do Conselho Regional de Biblioteconomia. A iniciativa do evento foi da Biblioteca da Casa, em associação com entidades da área.

O primeiro-secretário da Casa, senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), presidiu a solenidade, que contou com a presença dos senadores José Roberto Arruda (PSDB-DF), Lúcio Alcântara (PSDB-CE), José Ignácio Ferreira (PSDB-ES) e de representantes da classe.

Arruda destacou a contribuição dos bibliotecários à educação e disse esperar deles a tradução em linguagem "adequada" do grande número de informações recebidas atualmente.

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador Antonio Carlos Magalhães

- 10h - Preside sessão conjunta do Congresso Nacional
- 12h - Recebe o bispo diocesano de Duque de Caxias, dom Mauro Morelli
- 15h30 - Preside sessão ordinária deliberativa do Senado
- 17h - Preside reunião da Comissão Diretora
- 18h30 - Visita a Secretaria Geral da Mesa

PLENÁRIO

- 10h - Sessão do Congresso Nacional
- Pauta: Apreciação e votação de MPs e do veto presidencial ao PLC nº 114/94, que trata do planejamento familiar e estabelece penalidades.
- 14h30 - Sessão não deliberativa do Senado

COMISSÕES

- 17h - CPI dos Precatórios
- Pauta: Depoimentos do ex-secretário de Finanças de Goiânia Cairo Antônio Vieira Peixoto; do ex-funcionário da Secretaria de Finanças da prefeitura de São Paulo Pedro Neiva; e do secretário da Fazenda do Rio Grande do Sul, César Augusto Busatto. Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho



Ao lado de Ronaldo Cunha Lima, Alcântara lembra que o país tem número reduzido de bibliotecas

Alcântara cobra apoio do governo à indústria editorial

E aplaude iniciativa da MEC de reunir comissão de notáveis a fim de definir 300 títulos básicos de literatura para publicação em larga escala

Ao registrar a comemoração, ontem, do Dia do Bibliotecário, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) cobrou do governo federal o atendimento das sugestões da Câmara Setorial do Livro, para que o Congresso possa colaborar com o Executivo no fortalecimento da indústria editorial.

O senador disse que o livro tem força civilizadora e exige uma política cultural própria, envolvendo a participação das

editoras, gráficas, distribuidoras, livreiros e bibliotecas. Ele salientou que o livro continua muito caro e que, apesar de as editoras estarem publicando maiores tiragens e mais títulos, estes são, na maior parte, de livros didáticos e de auto-ajuda.

Quanto aos livros didáticos, o senador destacou que o governo tem um programa vigoroso de distribuição, mas, conforme observou, o número de bibliotecas no país é extrema-

mente reduzido: apenas 1.500 municípios têm bibliotecas. Uma iniciativa promissora do Ministério da Educação, a seu ver, foi a de reunir uma comissão de notáveis para definir 300 títulos básicos de literatura, para publicação em larga escala e distribuição em bibliotecas públicas.

Outros problemas destacados pelo senador são o do pequeno número de livrarias e o da pirataria universitária.

Abdias quer usar roupas africanas

O senador Abdias Nascimento (PDT-RJ) afirmou ontem que o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, "daria um exemplo de democracia e respeito à cidadania afro-brasileira", ao reconhecer o que o parlamentar fluminense considera seu "legítimo direito de frequentar a Casa usando roupas identificadas com a estética e a história de nossos antepassados africanos, os verdadeiros construtores deste país".

Logo depois de assumir a vaga deixada por Darcy Ribeiro, Abdias Nascimento enviou ao presidente do Senado pedido de permissão para usar trajes africanos no prédio do Congresso. Ele

ainda não obteve resposta. O senador pelo Rio de Janeiro alegou que a Constituição reconhece e protege a existência e as manifestações de nossa cultura afro-brasileira, "que se projeta nas vestimentas tradicionais dos povos africanos



Abdias

e afro-brasileiros".

Abdias Nascimento lamentou que sua intenção de usar, no Senado, roupas africanas em vez de trajes europeus, tenha sido mal interpretada por um colunista social, cujo nome não citou.

Plenário irá comemorar dia contra discriminação racial

O Senado dedicará a primeira hora da sessão do dia 20 próximo à comemoração do Dia Internacional pela Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial. O plenário aprovou ontem requerimento com

esse objetivo assinado pelos senadores Abdias Nascimento (PDT-RJ), José Eduardo Dutra (PT-SE), Júnia Marise (PDT-MG), Sebastião Rocha (PDT-AP), Marina Silva (PT-AC) e Benedita da Silva (PT-RJ).

Novas regras para MPs voltam à CCJ

Presidente do Senado anuncia que vai colocar a matéria em votação no dia 10 de abril e reafirma intenção de resolver o problema ainda neste primeiro semestre

A pedido dos líderes dos partidos que apóiam o governo, o plenário do Senado decidiu ontem enviar à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para reexame, o substitutivo do senador José Fogaça (PMDB-RS) que fixa novas regras para a edição de medidas provisórias, acompanhado de cinco propostas de emendas constitucionais que tratam do mesmo assunto.

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), líder do governo no Congresso, ponderou que o reexame dará tempo para que haja um acordo partidário sobre o assunto, inclusive a conciliação do substitutivo de

Fogaça com a proposta do deputado Aluísio Nunes.

José Fogaça anunciou que o presidente Fernando Henrique Cardoso o convidou para uma reunião, na próxima terça-feira (dia 18), às 10h30, para tratar das mudanças na edição de medidas provisórias. "O presidente manifestou, assim, disposição para o diálogo", disse ele.

Antes da votação do requerimento, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, anunciou que colocará o assunto em vo-



José Fogaça

tação no dia 10 de abril. Ele reafirmou sua promessa, ao abrir os trabalhos do Congresso, no dia 15 de fevereiro, de que o problema das medidas provisórias será resolvido neste primeiro semestre.

- O adiamento pode possibilitar a aceleração da votação. Queremos ganhar tempo. Lamentamos discordar do nosso eminente mestre e amigo Josaphat Marinho quando acha que, mais uma vez, o Congresso vai se dobrar ao Executivo. O Congresso vai encontrar a so-

lução que interessa ao país - afirmou Antonio Carlos Magalhães.

José Fogaça observou que já existem duas certezas sobre medidas provisórias: primeiro, o regime de sua edição será modificado. Segundo, nem o próprio governo está contente com as atuais normas constitucionais sobre o assunto.

Josaphat Marinho (PFL-BA), relator de uma comissão especial que estudou o assunto no ano passado, disse estranhar que o presidente da República não tenha encaminhado qualquer proposta sobre o assunto à comissão especial.

Serra: FHC foi o que menos usou medidas provisórias

Durante o debate sobre o adiamento da votação do substitutivo de Fogaça, o senador José Serra (PSDB-SP) afirmou que Fernando Henrique Cardoso foi o presidente que menos editou novas MPs e o Congresso em parte é culpado pelo acúmulo de medidas provisórias sem votação. Jáder Barbalho (PA), líder do PMDB, que defendeu o adiamento da votação, disse que só depende dos deputados e senadores resolver o problema das MPs, "essa figura do parlamentarismo num regime presidencialista".

Odacir Soares (PFL-RO) sugeriu que o Senado crie uma comissão especial para redigir uma emenda constitucional de consenso. José

Eduardo Dutra (PT-SE), líder do Bloco da Oposição, afirmou que, se a mudança constitucional sobre MPs ainda não foi votada pelo Congresso, "a culpa se deve à maioria do governo no Congresso". Dutra disse que "houve um aumento na criatividade dos burocratas do governo" e ultimamente uma única medida provisória tem "tratado de quatro, cinco e até seis assuntos diferentes".

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) disse confiar em que Antonio Carlos Magalhães colocará em votação as mudanças na edição de MPs e pediu que uma emenda sobre o assunto, de sua autoria, apresentada na semana passada, tenha tramitação conjunta com os projetos que já vêm sendo discutidos pelo Senado.

- Por causa das medidas provisórias, esse Parlamento não está legislando. Quem legisla é o presidente da República por meio das MPs. Isso humilha o Congresso. Hoje, o presidente legisla dez vezes mais que os presidentes militares - frisou Simon.

Epitácio Cafeteira (MA), líder do PPB, lamentou que apesar de a Constituição só prever medidas provisórias para assuntos urgentes e relevantes o governo tem usado este instrumento "até para estabelecer a dosagem de iodo no sal". Cafeteira opinou que o governo "não vai abrir mão das medidas provisórias, porque ele pre-

cisa do Congresso apenas para as reformas constitucionais".

Já Humberto Lucena (PMDB-PB) sustentou que o Legislativo não pode mais adiar uma solução para o problema e pediu ao Congresso que vote a MP que concede incenti-

vos fiscais para instalação de fábricas de automóveis no Nordeste. "A imprensa noticiou que o presidente Fernando Henrique Cardoso teria prometido ao presidente da Argentina que não reeditará essa MP, tão importante para o Nordeste", justificou.

Senador José Eduardo Dutra critica o "aumento da criatividade dos burocratas do governo"

VISITA DE CHIRAC

Congresso homenageia o presidente francês

Em sessão solene, parlamentares exaltam cooperação entre Brasil e França, assim como da América Latina com a Europa, para promover o desenvolvimento econômico e social

Com uma sessão solene presidida pelo senador Antonio Carlos Magalhães, o Congresso Nacional homenageou ontem o presidente da França, Jacques Chirac. Senadores e deputados, autoridades civis e militares e mais de trinta embaixadores estrangeiros lotaram o plenário da Câmara dos Deputados, e aplaudiram de pé o discurso do presidente francês, que Antonio Carlos considerou "denso e importante".

O ingresso de Chirac no plenário foi a primeira atividade do senador José Sarney (PMDB-AP) como presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado, cargo para o qual foi eleito anteontem. Ao lado dos líderes partidários e do presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, Sarney recebeu o presidente francês e o acompanhou até seu encontro com o presidente da Casa, Antonio Carlos Magalhães.

A parceria entre as duas nações, e da América Latina com a Europa, para a promoção do desenvolvimento econômico e do progresso social, foi ressaltada em praticamente todos os pronunciamentos. A execução dos hinos nacionais dos dois países ficou a cargo da banda dos Dragões da Independência. A comitiva francesa, composta de ministros e parlamentares, também participou da sessão solene do Congresso.



Os senadores José Sarney e Antonio Carlos Magalhães recebem Jacques Chirac

Agripino valoriza reencontro com "parceiro importante e necessário"

Na homenagem prestada ontem a Jacques Chirac pelo Congresso, o senador José Agripino (PFL-RN), falando em nome do Senado, afirmou que o Brasil recebe a França com amizade, mas também "com o interesse próprio de quem tem a certeza de haver reencontrado um parceiro importante e necessário, capaz de oferecer opções e oportunidades nos mais variados campos da cooperação entre os estados".

- Ao recebê-lo nesta Casa, que é de todo o povo brasileiro, nós quisemos saudar em Vossa Excelência um esperado e ansiado retorno pleno da França ao rol das grandes parcerias do Brasil - disse ele. José Agripino salientou



José Agripino

que a América Latina e o Brasil, em particular, oferecem uma opção viável e respeitada em matéria de parceria econômica e política. Ele destacou que a América do Sul vive sob o signo da democracia e da liberdade

de econômica, e que o Brasil talvez possa oferecer-se como melhor exemplo, "porque, aqui, essas duas forças da modernidade atuam sobre um país continental, com 160 milhões de habitantes e mais de 700 bilhões de dólares de produto interno bruto".

O senador acrescentou que o Brasil oferece oportunidades concretas de comércio e de investimentos, graças à abertura da economia e à desestatização. E acrescentou: "O Brasil voltou a ser uma referência

obrigatória no mundo em desenvolvimento".

José Agripino disse que Chirac é o estadista que, inspirado nos valores republicanos mais caros à tradição libertária e igualitária da França, está reconduzindo o seu país e a própria "idéia da França" a um papel universal, em benefício da Europa e de todos os que, com ela, desejam uma parceria mais intensa.

O senador lembrou que a França acolheu em momentos peculiares da vida brasileira cidadãos que lá buscaram "refúgio e abrigo", e que o Brasil acolheu, do mesmo modo, ao longo de sua história, muitos europeus, entre eles franceses. E acrescentou: "Falamos a mesma linguagem, a linguagem da democracia e da liberdade".

VISITA DE CHIRAC

Deputado lembra ideais democráticos

Discursando em nome da Câmara dos Deputados, Adylson Motta destacou ontem, na sessão solene do Congresso em homenagem a Jacques Chirac, que a França é o local onde nasceram e foram difundidas as lutas e idéias dos iluministas, que se constituem no arcabouço do ideal democrático.

O deputado disse também que Chirac é um estadista que, por sua postura, "cada dia mais avança na confiança e no respeito das nações". Ele afirmou que a característica dos parlamentos é a pluralidade, a diversidade de idéias, pensamentos, convicções, "embora haja sempre pontos de convergência".

- Um dos nossos visíveis consensos é a admiração e o carinho que devotamos à França - acentuou.

Adylson Motta citou expressões da literatura francesa, como Proust, Sartre e Camus, fez uma referência ao papel de Rousseau, Diderot e Montesquieu "na construção revolucionária que moldou o mundo", e acrescentou: "Cultores da sociedade democrática, somos eternos devedores do vosso país".

O deputado defendeu uma maior cooperação entre Brasil e França, uma sólida parceria entre os dois países. "O mundo sem a França seria mais pobre e menos atraente", concluiu.



O plenário da Câmara dos Deputados ficou completamente lotado para a sessão especial

Antonio Carlos confia em nova fase de relacionamento

Presidente do Senado ressalta, ao saudar o presidente francês, que restauração de parceria "encontrará aqui o eco que merece"

Ao saudar o presidente Jacques Chirac, antes de encerrar a sessão solene com que o Congresso Nacional homenageou o dirigente francês na manhã de ontem, o senador Antonio Carlos Magalhães fez questão de manifestar firme confiança na nova fase alcançada pelo relacionamento de Brasil e França, reiterando que não acontecerá jamais o retorno ao período de frustrações que, segundo afirmação do próprio Chirac, caracterizaram o intercâmbio entre os dois países no passado recente.

O presidente do Congresso lembrou que pertence a uma geração que se identificou com o povo francês e "sofreu com a França na II Guerra", e destacou que a nação amiga, pela "rica trajetória democrática de sua história e o papel central nela desempenhado pelo parlamento, constitui exemplo atentamente recolhido pelo Congresso do Brasil".

De acordo com Antonio Carlos, a palavra de confiança de Jacques Chirac, em torno de



Antonio Carlos com Chirac: maior intercâmbio

uma nova e mais forte parceria com o Brasil, "encontrará aqui o eco que merece".

- Suas propostas de acrescida cooperação conformam com nosso interesse em aprofundar as relações, em todos os campos, entre nossos respectivos países - disse.

O senador enfatizou ainda que França e Brasil "estarão sempre juntos na defesa da liberdade, da igualdade e do desenvolvimento harmônico das nações", e assegurou que o

Congresso brasileiro tem a missão de empenhar-se em garantir a perpetuidade das excelentes relações entre os dois países, e dos ideais de liberdade que inspiram os seus povos.

Antonio Carlos disse que os resultados da visita do presidente francês serão amplos e concretos, pois servirão para reforçar uma parceria "sólida e ampla, cujos benefícios recíprocos não se restringirão aos nossos dois países".

VISITA DE CHIRAC

Presidente anuncia reaproximação com Brasil

“Durante muito tempo, a nossa atenção foi desviada desta região cujos povos lutavam também para garantir o triunfo da liberdade e da justiça”, afirma dirigente francês

“Vim aqui para manifestar-lhes a minha determinação em renovar as nossas relações e em reativar uma verdadeira parceria entre os nossos povos.” A afirmação foi feita ontem pelo presidente da França, Jacques Chirac, na sessão solene no Congresso Nacional realizada em sua homenagem. No pronunciamento, ele defendeu uma maior aproximação entre a Europa e a América do Sul.

Sobre as relações entre Brasil e França, declarou: “Durante muito tempo, deixamos de cultivar o nosso grande potencial de amizade. Durante muito tempo, a construção da paz e da prosperidade na Europa e posteriormente os choques provocados pela explosão do bloco totalitário absorveram as nossas energias. Durante muito tempo, a nossa atenção foi desviada desta região cujos povos lutavam também para garantir o triunfo da liberdade e da justiça e corrigir os desequilíbrios sócio-econômicos e assim alicerçar a democracia. Compreendo perfeitamente os sentimentos de frustração que aqui possam ter nascido, bem como as expectativas atuais dos senhores, que são igualmente as nossas”.

Chirac qualificou o Congresso Nacional de símbolo das instituições brasileiras e do pleno retorno à democracia. Explicou que iniciava sua primeira visita oficial à América do Sul devido à amizade pessoal com o presidente Fernando Henrique Cardoso e à vontade de homenagear o Brasil, “grande potência da América e futuro pólo mundial”.

O presidente da França ressaltou que seu país deseja um



Jacques Chirac discursa no Congresso: destaque para as afinidades entre os dois países

mundo aberto, tolerante, pacífico, mais justo e solidário. “Eis por que o Brasil e a França, países que compartilham origens e valores comuns e a mesma filosofia do Homem, devem se encontrar.”

Depois de falar das afinidades e da amizade entre Brasil e França, Chirac referiu-se à cultura brasileira, citando os escritores Jorge Amado e Paulo Coelho e os compositores

Gilberto Gil e Chico Buarque. Em seguida, defendeu um novo impulso à tradição de cooperação no meio acadêmico, com a multiplicação de passarelas entre as principais instituições de ensino e pesquisa, o fomento ao intercâmbio de jovens e professores e aos programas educativos, além da ampliação do diálogo entre os maiores especialistas das ciências exatas e humanas.

Chirac disse atribuir grande importância à cooperação entre os parlamentos brasileiro e francês. afirmou que a cooperação entre os dois países deve favorecer também a aproximação

das economias, elogiou o processo de estabilização da economia brasileira e anunciou a intenção da França de participar plenamente do atual plano de privatizações.

Chirac ressaltou que, sem dúvida nenhuma, o Brasil deve ser um dos principais parceiros da França. Ele sustentou ainda a necessidade de uma relação mais estreita entre as grandes

instituições multilaterais para promover o “desarmamento, a não-proliferação e a paz no mundo”; de conclamação à comunidade internacional “para que não volte as costas aos países mais pobres”; e de continuidade do diálogo sobre as grandes questões financeiras.

A intensificação das negociações sobre “os grandes flagelos dos tempos atuais, como a droga, o crime organizado e o terrorismo” e uma reflexão sobre respostas para os problemas ambientais foram igualmente defendidas por Jacques Chirac.

Quanto à organização de estruturas regionais, como o Mer-

cosul, o presidente declarou que a França considera que esta evolução do mundo é a melhor resposta ao desmantelamento da ordem bipolar. “Devemos envidar nossos melhores esforços para que nenhum povo viva a emergência da nova ordem mundial sob a frustração, a humilhação ou o desejo de vingança”, frisou.

Segundo Chirac, a ordem natural das coisas faz com que a União Européia e o Mercosul se aproximem, por suas afinidades e sua história comum, seus interesses bem definidos, o apego mútuo a sua identidade e a recusa de um mundo unipolar. O presidente da França aproveitou para lançar uma proposta que já discutiu com Fernando Henrique Cardoso - a organização de uma reunião de cúpula, para o final de 1998, que reúna pela primeira vez na História os chefes de Estado e de governo da América Latina e da Europa.

- Esta reunião vai preencher uma verdadeira lacuna, criando uma estrutura de incentivo que dará força, coesão e projetos comuns às nossas relações políticas, culturais e econômicas - acrescentou.

*“Brasil é grande
potência da
América e futuro
pólo mundial”*

CPI DOS PRECATÓRIOS

Interrogado o proprietário do banco Vektor

Relator Roberto Requião estranhou que uma empresa financeira com 25 anos de atuação no mercado precisasse da experiência de um funcionário público para cálculos

A CPI dos Precatórios interrogou ontem à noite Fábio Barreto Nahoun, um dos donos do banco Vektor, que recebeu R\$ 55,4 milhões em comissões para lançar títulos dos estados de Pernambuco e Santa Catarina. O tempo todo ele tentou explicar que fez negócios normais de mercado e que, nas duas operações, utilizou profissionalmente a experiência de Wagner Baptista Ramos, ex-coordenador da Dívida Pública do município de São Paulo.

O dr. Wagner era a única pessoa que detinha conhecimentos plenos sobre precatórios. O que buscávamos eram títulos legais para vender no



Fábio Nahoun (D), na CPI: "Para nós tudo isso era um mistério"

mercado. A presença de Wagner no negócio era para termos tranquilidade - disse ele.

Para desvincular-se da ação do ex-coordenador da Dívida de São Paulo, o depoente afirmou que o próprio Wagner assinou um contrato com a corretora Perfil com cláusula de sigilo sobre sua experiência com precatórios. O banco de Nahoun

tinha contrato com a Perfil e, por seu intermédio, teria a técnica dominada por Wagner. Quando depôs na CPI, há duas semanas, o secretário da Fazenda de Pernambuco, Eduardo Campos, disse no entanto que foi Wagner quem indicou o banco Vektor para vender no mercado os títulos do estado.

O relator da CPI, Roberto

Requião (PMDB-PR), estranhou que um banco com 25 anos de atuação no mercado precisasse da experiência de um funcionário público para calcular o efeito de planos econômicos (Plano Verão, Plano Bresser etc.) na correção monetária de débitos judiciais.

Ao inquirir o depoente, Wilson Kleinübing (PFL-SC) sustentou que a Perfil foi uma corretora arrendada pelo próprio Wagner Baptista Ramos para operar na emissão de títulos para pagamento de precatórios. Disse também que o banco Vektor participou de uma concorrência marcada para a venda de títulos em Santa Catarina, na qual Nahoun e seu sócio - Ronaldo Ganon - ganharam R\$ 33 milhões. Ganon seria o segundo depoente da noite.

ACM envia notícia-crime a procurador

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, comunicou ao plenário que enviou ontem ao procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, notícia-crime sobre o contrato entre o banco Vektor e as empresas ADS e Internac, como denunciou na terça-feira o relator da CPI dos Precatórios, senador Roberto Requião (PMDB-PR). Antonio Carlos pede ao procurador providências porque o Vektor contratou as empresas para "interferir de forma obstrutiva e paralisante" nos trabalhos da CPI.

Depois de citar dois trechos do contrato, Antonio Carlos Magalhães afirma que o documento "constitui grosseira manifestação de desprezo à honra funcional dos senadores, em especial daqueles integrantes da CPI dos Títulos Públicos e, em consequência, do Senado como instituição".

Ex-secretário admite o uso ilegal de recursos pelo governo alagoano

"Foi um depoimento cheio de omissões que revelaram muita coisa", disse na noite de terça-feira o senador Roberto Requião (PMDB-PR), ao final do interrogatório do ex-secretário da Fazenda de Alagoas José Pereira de Sousa, em cuja gestão foram emitidos R\$ 301 milhões em títulos para quitação de precatórios que, na verdade, não foram pagos.

O ex-secretário admitiu que essa emissão foi uma forma encontrada pelo governo alagoano para recompor o caixa quebrado, e disse que os recursos foram utilizados para pagar o funcionalismo, honrar contratos com empreiteiras e outros compromissos.

Como taxa de serviço ao banco Maxi-Divisa, Alagoas pagou 4,5%. Afirmando que o Rio Grande do Sul emitiu

papéis na mesma época pagando 1,1% de serviço, Requião salientou que "Alagoas pagou uma taxa absurda por um serviço que não foi prestado". Disse também que o estado só tinha cinco precatórios de valores irrisórios para justificar a emissão de títulos, mas "falsificou" uma lista com valores superiores. "Quem preparou essa lista?", indagou o senador. "O banco Maxi-Divisa", respondeu o ex-secretário.

Ao interpellar Pereira de Sousa, Esperidião Amin (PPB-SC) disse que um estado só chega à situação financeira de Alagoas "se houver conluio com o Judiciário, com o Tribunal de Contas e com o Legislativo". Emília Fernandes (PTB-RS) assinalou que o Maxi-Divisa ficou com R\$ 23 milhões só nessa operação com Alagoas, o que ela julgou "um absurdo".

Conforme Wilson Kleinübing (PFL-SC), os títulos de Alagoas foram vendidos com um deságio entre 10% e 35%, com uma perda de R\$ 54 milhões para os cofres alagoanos.

Questionado por Eduardo Suplicy (PT-SP), o ex-secretário disse que funcionários de Alagoas receberam treinamento na prefeitura municipal de São Paulo para aprender a montar um fundo de liquidez. "Quer dizer que o Divisa recebeu a comissão pela operação, mas quem treinou o pessoal de Alagoas foi a prefeitura de São Paulo?", ironizou Roberto Requião. Ao final da reunião, Jádier Barbalho (PMDB-PA) pediu que os senadores não façam mais relatórios parciais dos trabalhos da CPI, limitando-se a inquirir os que vêm depor.

Suassuna busca fortalecimento dos municípios

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) informou ontem que está desenvolvendo um trabalho de dinâmica de grupo com os deputados estaduais da Paraíba e os prefeitos municipais das suas áreas de influência com o objetivo de buscar novas formas de gestão e um relacionamento mais eficaz entre os políticos.

Segundo o senador, é preciso romper a armadilha de pobreza, a exclusão e o subdesenvolvimento que historicamente têm imobilizado a ação dos agentes de desenvolvimento.

Para Suassuna, no fortalecimento dos municípios repousa a solução para o grave problema da pequena e da média propriedade rural.



Suassuna

Júnia Marise ressalta avanços nos direitos dos consumidores

Ao fazer avaliação dos seis anos de vigência do código, senadora lamenta deficiências nos serviços prestados pelo setor público

Os seis anos de vigência do Código dos Direitos do Consumidor garantiram avanços nos direitos de consumo, mas permanecem sérias deficiências, principalmente na área de serviços prestados pelo poder público. A avaliação foi feita ontem pela senadora Júnia Marise (PDT-MG), a propósito da Semana do Consumidor, que culminará, no sábado (dia 15), com o Dia do Consumidor.

Júnia Marise criticou a falta de empenho do governo federal na aplicação do Código e sugeriu que, à semelhança do bem-sucedido esforço de divulgação do direito de reeleição aos cargos executivos, seja promovida ampla campanha de informação sobre os direitos do consumidor.

Na opinião da senadora, o Estado brasileiro está incapacitado, há muito tempo, de oferecer serviços públicos de qualidade, como a situação da

área de saúde o comprova. Mas não é só no setor público que a cidadania tem seus direitos desrespeitados, assinalou. Outros "grandes vilões", responsáveis por atos lesivos aos interesses dos consumidores, são as empresas automobilísticas e o setor de prestação de serviços, frisou. Mesmo nesses casos registram-se avanços, segundo Júnia Marise, pois muitas montadoras já adotaram o *recall*, a chamada de compradores cujos produtos saíram de fábrica com defeitos.

No âmbito da vigência do Código, a senadora ressaltou também a importância dos Procons, "uma grande abertura para que a população em geral tenha respaldo nas suas reivindicações e direitos".

Júnia Marise solicitou, ainda, a inscrição nos anais da Casa da Carta de Macapá, elaborada pelo Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil. A seu ver, trata-se de documento em que o Judiciário formulou graves críticas ao Executivo e não deixou dúvidas de que a magistratura não se omitirá na defesa da harmonia e equilíbrio entre os poderes republicanos.



Júnia Marise

Homenagem à memória de Ormeo Botelho

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) homenageou ontem a memória do político e empresário mineiro



Francelino

Ormeo Botelho, que completaria hoje 100 anos de existência. Para o senador, Ormeo foi um exemplo de homem público devoto às causas sociais e intimamente comprometido com os interesses econômicos e sociais de Minas Gerais e do Brasil.

Francelino ressaltou a atuação de Ormeo Botelho em prol do bem-estar do povo mineiro, "fosse exigindo assistência emergencial às cidades vitimadas por enchentes, fosse reclamando das condições das rodovias e da desativação de ramais ferroviários".

Ademir pede ao governo que negocie com desapropriados

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) solicitou ontem que o governo envie representantes à manifestação de 3.500 famílias que, há vinte anos, foram desapropriadas de suas terras para a construção da Hidrelétrica de Tucuruí. O ato público ocorrerá no município de Tucuruí, no Pará, no dia 14.

Segundo o senador, há cinco anos a Eletronorte abandonou as negociações com os desapropriados e, em 1996, estes chegaram a obstruir o tráfego de uma rodovia para chamar

a atenção das autoridades para suas reivindicações. O ato abriu negociações com o Ministério de Minas e Energia, que em três dias firmou vários entendimentos. "Nada do acertado foi cumprido", lamentou.

Os 6 bilhões gastos na construção da hidrelétrica não resultaram em distribuição de energia para a população local, disse Ademir, pois cerca de 40% da produção são destinados aos grandes projetos minerometalúrgicos da Albrás, Alcoa, Alunorte e Carajás.



Ademir

Americanas em visita ao Tocantins

O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) destacou ontem a presença no Tocantins de um grupo de senadoras e deputadas dos Estados Unidos que, a convite do governador Siqueira Campos, estão visitando o estado.

Segundo Quintanilha, as senadoras Ginny Brow-Waite e Lyn Bances e as deputadas Carolyn Oakley, Van Ogden, Robin Reed e Elsie Stuart estão sendo acompanhadas pela presidente da Hayward Internacional e pelas diretoras do Conselho Consultivo da Small Business Administration e da Câmara de Comércio dos Estados Unidos.



Quintanilha

Iris, Ademir, Rocha e Távola presidem comissões

Eles foram eleitos ontem para dirigir, respectivamente, os trabalhos relativos a matérias sobre Assuntos Sociais, Serviços de Infra-Estrutura, Fiscalização e Controle e Educação

O Senado completou ontem a escolha dos presidentes das sete comissões permanentes da Casa para o biênio 1997/98. O senador Ademir Andrade (PA), do Bloco da Oposição, foi eleito presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), tendo como vice o senador Leomar Quintanilha (PPB-TO). A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) elegeu o senador Iris Rezende (PMDB-GO) para a presidência e Freitas Neto (PFL-PI) para vice.

Para a presidência da Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) foi eleito o senador João Rocha (PFL-TO), e para vice, o senador Carlos Wilson (PSDB-PE). A Comissão de Educação tem como novo presidente o senador Artur da Távola (PSDB-RJ). O cargo de vice-presidente dessa comissão ainda não foi preenchido.

Os presidentes das demais comissões permanentes do Senado, que foram escolhidos anteriormente, são os senadores Bernardo Cabral (PFL-AM), da de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ); José Sarney (PMDB-AP), de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE); e José Serra (PSDB-SP), de Assuntos Econômicos (CAE).

Suplicy apóia manifesto de juristas

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) leu terça-feira, dia 11, em plenário, "manifesto à nação" lançado no último dia 7 por vários e renomados juristas brasileiros.

Segundo o manifesto, "o país vem sendo dirigido, predominantemente, pelo Executivo, por meio de medidas, denominadas provisórias, mas que, pela reiteração, se vão tornando definitivas e cujo desmedido fluxo atinge a inacreditável média de duas por dia".



Távola é presidente da Comissão de Educação



João Rocha à frente da Comissão de Fiscalização



Comissão de Assuntos Sociais elegeu Ademir presidente



Iris, à frente da Infra-Estrutura

Marluce sugere que Congresso faça mobilização contra turismo sexual

A senadora Marluce Pinto (PMDB-RR), presidente da CPI do Trabalho Infantil, afirmou ontem que o turismo sexual no Brasil é um problema que exige uma espécie de mobilização nacional.

Iniciativa nesse sentido, segundo a senadora, deveria partir do próprio Congresso para despertar a consciência da sociedade sobre o assunto.

Constituída para apurar denúncias sobre o trabalho escravo envolvendo crianças e adolescentes, a comissão esteve reunida pela primeira vez este ano para a retomada de



Marluce Pinto

suas atividades. Marluce Pinto fez um balanço do que a CPI realizou até o momento, e assegurou que a comissão já dispõe de subsídios suficientes para dar seqüência aos propósitos para os quais foi criada.

Os membros da comissão debateram sobre a necessidade de a comissão visitar os principais estados e regiões do país onde estaria ocorrendo a exploração de menores. A primeira audiência pública, por sugestão da senadora Emília Fernandes (PTB-RS), deverá ser realizada na Assembleia do Rio Grande do Sul. Em seguida, a CPI

deverá ir a Fortaleza, conforme convite formulado pela Assembleia Legislativa do Ceará.

Já o senador Nabor Júnior (PMDB-AC) disse que, para que a comissão possa trabalhar plenamente, o importante é conciliar suas reuniões com as atividades da CPI dos Precatórios e das demais comissões permanentes da Casa. O senador sugeriu que a CPI do Trabalho Infantil reiterar convite ao ministro do Trabalho Paulo Paiva, que, a seu ver, pelas informações obtidas por meio das Delegacias Regionais do Trabalho, poderá colaborar bastante com a comissão.



Lauro Campos

Lauro Campos condena venda da Vale do Rio Doce

O senador Lauro Campos (PT-DF) criticou ontem a venda da companhia Vale do Rio Doce, destacando que apenas os banqueiros e as empresas estrangeiras serão beneficiadas com o processo de privatização das empresas estatais brasileiras. "Lamento que a Vale, com toda sua competência, seja levada ao holocausto, que haja essa sangria contra o patrimônio nacional" afirmou.

O senador disse que os bancos serão os principais beneficiados com a venda dessas empresas, porque têm "a dívida mobiliária na mão", portanto, não haverá benefícios para funcionários e tampouco para a classe média.

De acordo com Lauro Campos, os recursos provenientes da venda das empresas estatais deverão somar R\$ 20 bilhões, segundo informações do ministro da Fazenda, Pedro Malan.

O senador afirmou que ainda espera uma mobilização popular contra a venda da Vale porque "só acredita nas ruas, na mobilização do povo, e a sociedade civil, na sua opinião, ainda não se organizou suficientemente para isso".



A CAE reuniu-se ontem pela primeira vez sob a presidência do senador José Serra

CAE aprova a rolagem de dívidas de São Paulo e Sergipe

As duas matérias, relatadas pelo senador Waldeck Ornelas, serão submetidas ainda à apreciação do plenário do Senado

Na primeira reunião da Comissão de Assuntos Econômicos sob a presidência do senador José Serra (PSDB-SP), foram aprovados ontem pareceres favoráveis a pedidos de autorização para que os estados de São Paulo e de Sergipe possam emitir letras financeiras para saldar compromissos referentes ao giro das suas dívidas mobiliárias vencíveis ainda no corrente mês. A quantidade de letras para cada estado deverá ser definida na data de resgate dos títulos a serem substituídos. As matérias foram relatadas pelo senador Waldeck Ornelas (PFL-BA) e serão submetidas agora à apreciação do plenário da Casa.

A CAE aprovou ainda parecer favorável a autorização para operação de crédito externo entre o Brasil e o Export Import-Bank of Japan, no valor de 268 milhões de dólares, destinada a financiar parcialmente o projeto do trem metropolitano de Fortaleza. Também foi acolhida solicitação do presidente da República para conceder garantia à operação de crédito externo no valor de 18 milhões de marcos alemães, com a finalidade de financiar projeto parcial de proteção da floresta Atlântica do Paraná. A matéria foi relatada pelo senador Osmar Dias (PSDB-PR).

Foram aprovados na mes-

ma reunião pareceres a favor de autorizações para contratação de operação de crédito externo, com aval da União, entre o estado da Bahia e o Kreditanstalt für Wiederaufbau - KfW, no valor de 13,5 milhões de marcos alemães, destinado ao financiamento parcial do projeto de saneamento básico do estado da Bahia; e para o estado do Tocantins contratar financiamento no valor de 48 milhões de dólares, visando ao cofinanciamento do Programa de Gerenciamento da Malha Rodoviária Estadual. Essas autorizações dependem ainda de votação no plenário do Senado.

Amorim critica emissão de 60 bilhões e pede maior rigor por parte do Senado

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) afirmou ontem que o refinanciamento das dívidas estaduais através da emissão de títulos públicos federais no valor de cerca de R\$ 60 bilhões irá aumentar ainda mais a dívida pública em prol de "estados falidos". Ele disse esperar que o governo reveja sua decisão e não envie ao Congresso o pedido de suplementação orçamentária para viabilizar o refinanciamento.



Ernandes Amorim

A título de exemplo, o senador salientou que o governo de Rondônia recebeu mais de R\$ 160 milhões em recursos orça-

mentários no ano de 1996 e que "o dinheiro desapareceu". Depois, segundo Amorim, o estado refinanciou sua dívida e, em 1997, obteve um repasse orçamentário da ordem de R\$ 30 milhões, dos quais R\$ 3 milhões foram destinados a pagamento de serviços prestados por empresa jornalística.

Amorim reivindicou também que o Senado exerça sua prerrogativa de aprovar a rolagem das dívidas estaduais com maior rigor.

CCJ promove debates sobre efeito vinculante no Judiciário

Iniciativa partiu do relator, Jefferson Peres, e reunirá presidentes do Supremo e da OAB, juristas e representante do Ministério Público

Os presidentes do Supremo Tribunal Federal e da Ordem dos Advogados do Brasil, um representante do Ministério Público Federal e dois juristas de renome deverão ser ouvidos pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) sobre a proposta de emenda constitucional que cria o efeito vinculante.

A sugestão, feita pelo relator da matéria, senador Jefferson Peres (PSDB-AM), foi acolhida na reunião realizada ontem pela CCJ, sob a presidência do senador Bernardo Cabral (PFL-AM). A finalidade é oferecer aos senadores subsídios ao estudo da proposta que tem como objetivo maior descongestionar e uniformizar a ação da Justiça em todo o território nacional.

As diversas emendas apresentadas pelos senadores à proposta original, de autoria do senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), "motivam a cria-



Jefferson Peres

ção de um debate imediato na CCJ sobre o assunto", justificou Jefferson Peres. Conforme o senador, a comissão deverá ouvir os convidados até os primeiros dias de abril. O senador Bernardo Cabral sugeriu que o advogado Evandro Lins e Silva seja um dos expositores.

A Comissão de Justiça do Senado é composta ainda pelos senadores Ramez Tebet (PMDB-MS), vice-presidente, Guilherme Palmeira (PFL-AL), Edison Lobão (PFL-MA), José Bianco (PFL-RO), Francelino Pereira



Ronaldo Cunha Lima

(PFL-MG), Josaphat Marinho (PFL-BA), Romeu Tuma (PFL-SP), Iris Rezende (PMDB-GO), José Fogaça (PMDB-RS), Roberto Requião (PMDB-PR), Pedro Simon (PMDB-RS), Renan Calheiros (PMDB-AL), José Ignácio Ferreira (PSDB-ES), Lúcio Alcântara (PSDB-CE), Beni Veras (PSDB-CE), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), Roberto Freire (PPS-PE), José Eduardo Dutra (PT-SE), Esperidião Amin (PPB-SC), Epitácio Cafeteira (PPB-MA) e Regina Assumpção (PTB-MG).

Comissão de Orçamento rejeita contas de Collor

As contas do governo Collor, referentes ao exercício financeiro de 1991, foram rejeitadas ontem pela Comissão Mista de Orçamento, que acolheu parecer oferecido pelo deputado Fetter Júnior. O relator apoiou-se na análise feita pelo Tribunal de Contas da União (TCU) sobre os atos administrativos praticados, naquela época, pelo governo federal.

De acordo com Fetter Júnior, o TCU constatou a inexistência de licitação na maioria dos casos em que essa exigência é apontada por lei, e a liberação de créditos orçamentários, "feita segundo critérios pouco transparentes, não submetidos ao Congresso Nacional". Essas práticas, no entender do deputado, "favoreceram grandemente o esquema de corrupção que marcou o funcionamento do governo federal em 1991".

Fetter Júnior disse que os dados apresentados pelo TCU comprovam que o ex-presidente Collor não cumpriu com fidelidade "as normas constitucionais, legais e regulamentares na execução dos orçamentos públicos federais". A matéria, agora, será examinada pelo plenário do Congresso Nacional.

A Comissão Mista de Orçamento aprovou a convocação do ministro do Planejamento, Antônio Kandir, para prestar esclarecimentos sobre a venda da Cia. Vale do Rio Doce.

Suplicy lamenta morte de brasileiro que "lutava pelo direito de ir e vir"

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) lamentou ontem a morte de Marcelo Cavalcanti Mendonça, de 26 anos, que se afogou quando tentava entrar nos Estados Unidos, atravessando o Rio Grande a nado. Ele se solidarizou com a família do jovem, que, a seu ver, lutava "pelo direito de ir e vir, pela dignidade humana e para melhorar sua condição de vida".

Suplicy fez um apelo à Embaixada dos Estados Unidos para que permita a entrada, no



Suplicy

país, de Célia Regina Cavalcanti, mãe de Marcelo, que deseja conhecer o caminho percorrido pelo filho. Na opinião do senador, é contraditória a atitude que vem sendo adotada pelos países desenvolvidos em relação aos do terceiro mundo.

Conforme o senador, os países desenvolvidos, por um lado, solicitam a países como o Brasil a abertura de suas fronteiras para garantir total liberdade do capital, do comércio e da transação de bens e serviços. Por outro, restringem a liberdade do ser

humano.

Para Suplicy, a saga desse jovem faz parte de um capítulo recente na história do povo brasileiro. Ele lembrou que o Brasil, durante cinco séculos, recebeu imigrantes de todas as partes do mundo, mas hoje, com 1,7 milhão de brasileiros vivendo fora do país, enfrenta situação inversa.

Em aparte, Ney Suassuna (PMDB-PB) se solidarizou com a família de Marcelo e assinou que o Brasil, com o potencial que tem, precisa oferecer aos jovens condições que lhes garantam esperança e emprego.



Sebastião Rocha

Rocha aponta conquistas de garimpeiros

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) destacou ontem, em plenário, que os seringueiros da Amazônia que estiveram em Brasília na semana passada obtiveram o compromisso do presidente da República de que o governo se empenhará no aumento da competitividade nacional e internacional da borracha produzida na região.

Segundo o senador, os produtores de borracha também terão um acesso desburocratizado a linha de crédito do Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Amazônia para o financiamento de suas atividades.

Sebastião Rocha afirmou que a manifestação de Fernando Henrique Cardoso sobre as reivindicações que lhe foram levadas pelos seringueiros foi muito positiva. Ele e a senadora Marina Silva (PT-AC) acompanharam os coordenadores do Conselho Nacional de Seringueiros e dos conselhos de seringueiros dos estados da Amazônia na audiência com o presidente.

Mercosul deve resistir em bloco a pressões, diz Mauro Miranda

Senador afirma que esquema de integração regional tem ritmo próprio, que não pode ser atropelado

A Área de Livre Comércio das Américas (Alca) deve ser construída sobre compromissos equilibrados, equitativos e vantajosos para cada um dos países envolvidos, afirmou ontem o senador Mauro Miranda (PMDB-GO). Ele solicitou que o Legislativo envie um representante ao III Encontro das Américas, que acontecerá em Belo Horizonte no mês de maio, com a cúpula do continente americano para a formação da Alca.

Na opinião do senador, os

membros do Mercosul devem consolidar-se como bloco e deixar para uma etapa final a negociação para reduzir tarifas, ao contrário do que propõem os EUA, que preferem iniciar a liberalização comercial a partir de março de 98.

- O Brasil e os outros países do Mercosul devem negociar em bloco, no âmbito da Alca, resistindo à pressão

dos EUA para acelerar o acordo. O Mercosul tem o seu ritmo e um propósito concreto, que é ampliar o esquema de re-



Mauro Miranda

lações com a América Latina. A Alca tem um processo definido, com uma série de pautas e procedimentos. A aceleração de uma dinâmica não pode

se fazer em prejuízo da outra - argumentou Mauro Miranda.

Coutinho Jorge aplaude obras de drenagem de baixadas em Belém

O senador Coutinho Jorge (PSDB-PA) elogiou ontem a retomada do projeto de ma-

cro drenagem das baixadas de Belém, obra que deverá resolver o "grave problema urbano da cidade a curto prazo". Segundo o senador, o projeto consiste na retificação de igarapés e canais das baixadas e no as-

faltamento das margens, além de outras obras.

Coutinho Jorge informou que o governador do Pará, Almir Gabriel, assinou contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para o início das obras. O valor total do projeto, conforme o senador, é de US\$ 230 milhões, sendo US\$

145 milhões do Banco Mundial e US\$ 85 milhões do governo do estado.

- Como prefeito de Belém em 85, preparei um projeto de recuperação das áreas degradadas da cidade, mas os governos seguintes não deram prosseguimento. Agora, o governador Almir Gabriel, com o apoio do governo federal, vai acelerar o projeto e minimizar a situação caótica em que vive a população das baixadas - afirmou.



Coutinho Jorge

A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES GERALDO MELO, ANTONIO CARLOS MAGALHÃES E RONALDO CUNHA LIMA

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney - 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho

2º Vice-Presidente: Júlio Campos - 1º Secretário: Odaírc Soares

2º Secretário: Renan Calheiros - 3º Secretário: Levy Dias

4º Secretário: Emandes Amorim

Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares - Eduardo Suplicy - Emília Fernandes - Ney Suassuna

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Senado na Internet - <http://www.senado.gov.br>

O Jornal do Senado é distribuído também nos vãos da Vasp, Varig, Transbrasil e Líder que saem de Brasília

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação Social do Senado Federal - Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefones: (061) 311-3331 - 311-3333 - 311-3335 e Fax: 311-3137 - Brasília - DF

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios

Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos

Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade

Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

Diagramação - Sérgio Luiz e Wesley Carvalho

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume Adão Nascimento, Jane Araújo e Júlio Essucy

Revisão - Lindolfo Amaral e Maria das Graças Aureliano

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.